



Disputas na construção de uma política nacional de cultura:

*sobre emoções e política*¹

*Lorena Avellar de Muniagurria*²

-
- 1 Versão modificada de artigo apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, em João Pessoa. (MUNIAGURRIA, 2016)
 - 2 Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, processo nº 17/20126-0),
Pesquisadora de pós-doutorado do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). *E-mail:* loreavellar@gmail.com

RESUMO:

Este artigo trata de tensões durante a gestão de Ana de Hollanda no Ministério da Cultura (MinC), momento de inflexão entre um período anterior marcado por otimismo e esperança e um cenário posterior pensado por muitos como de crise na área. A partir de uma abordagem antropológica, discuto o papel de paixões e revoltas em processos políticos, e discorro sobre a relação entre emoções, práticas e narrativas acerca das políticas culturais. Tomando por objeto de reflexão brincadeiras, piadas e comentários feitos por fazedores de cultura, mostro como as críticas apaixonadas falavam não apenas de sentimentos e posições pessoais, mas de uma disputa social em torno de entendimentos e modelos de política, cultura, Estado e sociedade civil.

Palavras-chave: ativismo. emoções. políticas culturais. Ministério da Cultura.

ABSTRACT:

This is an article on the conflicts that took place when Ana de Hollanda was ahead of the Brazilian Ministry of Culture. This moment may be described as an inflection between an earlier period of optimism and hope and a later scenario considered by many as a crisis in the cultural area. From an anthropological approach, I discuss the role of passions and revolts in political processes, and I analyze the relationship between emotions, practices, and narratives about cultural policies. We will see that emotions have been both bases for demobilization as for political engagement. Taking jokes and critical comments as objects of reflection, I show how the passionate criticisms spoke not only of personal feelings and positions but of a social dispute that concerns the models of cultural policies, of State and of civil society.

Keywords: activism. Emotions. Cultural policy. Brazilian Ministry of Culture.

1 INTRODUÇÃO

Entre 2011 e 2016, investiguei a atuação de militantes da cultural em espaços participativos que proliferaram na área a partir da famosa gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, durante o período de 2003 à julho de 2008. Pude acompanhar o enorme investimento e o papel central dessas pessoas para a política nacional de cultura então em construção. (MUNIAGURRIA, 2018) Neste artigo, pretendo abordar a força emocional e afetiva presente nessa militância, de maneira a tecer algumas considerações sobre a relação entre emoções, política e ativismo.

As políticas culturais brasileiras viveram, naqueles anos, um período vibrante, permeado por imagens e experiências de forte apelo afetivo que, ainda hoje, marcam o imaginário e informam as práticas políticas daqueles que participaram desse processo. Refiro-me a cenas como a do discurso de posse de Gil sobre o “*doing* antropológico”; ou as cenas de centenas de fazedores de cultura reunidos em grandes encontros como as Teias ou as Conferências de Cultura; ou ainda das distintas ações culturais comunitárias existentes nos rincões do país, que passaram a ser conhecidas nacional e até internacionalmente. Durante os trabalhos de campo, foram inúmeras as ocasiões em que encontrei referência a essas cenas: elas eram

registradas em imagens e textos que, depois, eram amplamente compartilhados em meios oficiais e redes pessoais; eram comentadas, celebradas, lembradas, utilizadas para fazer a militância. Conforme uma importante liderança das culturas populares, explicou-me: “redes afetivas são efetivas”. Essas cenas são mais do que imagens pitorescas; elas apontam para a centralidade de emoções no engajamento e no tipo de ativismo ali presente.

Tudo isso faz parte de um tempo de grande otimismo. Hoje, após o golpe de estado instaurado a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, continuo acompanhando parte dessa militância, e as emoções continuam sendo centrais. As narrativas atuais são majoritariamente de tristeza e revolta frente ao desmonte da política em que tanto investiram; discute-se sobre formas de engajamento; aposta-se nas redes (afetivas) para continuar o trabalho sem apoios estatais; tem-se de lidar com necessidades prementes, expectativas, esperanças e desesperanças. Emoções, portanto, continuam marcando os processos políticos na cultura.

De saída, é fundamental declarar que não se trata de romantizar as gestões Lula e Dilma – o caso a ser explorado será justamente o de uma importante disputa, revelando o momento em que a exaltação começava a arrefecer e fissuras começavam a surgir. Quer dizer, a ideia de “crise” nas políticas culturais estava presente já antes do golpe.³ Tampouco é o caso de romantizar a natureza das emoções nos fenômenos políticos, nem de atribuir à cultura uma sensibilidade especial. Não se trata de uma particularidade: notícias do Brasil e do mundo evidenciam a centralidade das emoções nos fenômenos políticos contemporâneos. Atentos ao fato, analistas têm renovado a investigação de temas clássicos como o papel das emoções na definição de votos, ou no engajamento em militâncias e lutas sociais, bem como têm explorado novos assuntos.

.....
3 Discuti o ponto em trabalhos anteriores. Ver: (Muniagurria) 2013, 2018, conferir também Barbalho (2017, 2018).

(COELHO; DURÃO, 2017; GOODWIN; JASPER; POLLETA, 2001; HOGGETT; THOMPSON, 2012; SCRIBANO; SENA, 2016)

Neste artigo, então, lançando mão de uma abordagem etnográfica, proponho analisar o que talvez tenha sido o principal momento de inflexão do otimismo à percepção da crise: as críticas e tensões durante a gestão da então ministra da cultura Ana de Hollanda. A partir de críticas proferidas por pessoas envolvidas nos espaços participativos vinculados ao MinC, discuto o papel que emoções, paixões e revoltas desempenharam nos processos de engajamento político. Inicialmente, contextualizo a gestão Ana de Hollanda. Em seguida, tomando por objeto de reflexão brincadeiras, piadas e comentários que presenciei ou que li em redes sociais e grupos de discussão na internet, ensaio algumas linhas sobre o significado das críticas feitas a Hollanda e sobre a relação entre emoções, práticas e narrativas acerca das políticas culturais.

2 ANA DE HOLLANDA E O “RETROCESSO” NO MINC: EMOÇÕES, RUMORES, PIADAS E POLÍTICA

“Lorena, por acaso ontem eu falei com todas as letras que acho a ministra burra?!” Essa pergunta me foi feita por um representante da sociedade civil, integrante de um espaço participativo institucionalizado da cultura, no dia seguinte a uma entrevista gravada que ele me concedera. Aquele havia sido nosso primeiro encontro presencial. Anteriormente, já havíamos trocado algumas mensagens eletrônicas, e tínhamos conhecidos em comum que haviam nos colocado em contato. Não: na entrevista, Ariel⁴ não havia dito, “com todas as letras”, que achava Ana de Hollanda burra. Naquele contexto formal, em que conversava com uma pesquisadora que lhe era ainda estranha, ele havia, sim, descrito embates travados com a ministra e avaliara que a ela tinha falta da habilidade política necessária para conduzir adequadamente as negociações e disputas

.....
4 Nome fictício.

próprias ao cargo, particularmente aquelas entre sociedade civil e governo.

Mais do que a preocupação em ter, despercebidamente, expressado sua opinião de forma que poderia ser considerada muito direta e ofensiva, essa pergunta pareceu-me, na verdade, o inverso: uma maneira de, em um contexto mais informal, retomar o assunto e dar vazão à sua opinião em forma mais pessoal e, por que não dizer, apaixonada. Estávamos agora em uma situação muito diversa àquela da entrevista: um evento cultural e artístico para o qual Ariel fora convidado como palestrante, no qual se encontrava com amigos e com outros artistas e produtores culturais, em meio às típicas conversas informais que antecedem o início de palestras. Eu conhecia vários desses seus amigos há algum tempo, de maneira que, distintamente do dia anterior, eu compartilhava do burburinho e estava integrada a um grupo de pessoas que ele identificava como pares. Essa foi apenas uma das diversas ocasiões em que críticas à gestão e à pessoa da então ministra da cultura surgiram durante os trabalhos de campo que realizei entre 2011 e 2012, em diversas cidades do país, no início de minha pesquisa de doutorado.⁵ Sem nunca terem sido estimuladas por mim, referências e críticas a essa gestão surgiram em todas as situações de campo que envolviam pessoas ligadas aos espaços participativos da área da cultura, como o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPIC) e os Colegiados Setoriais nacionais. De fato, a gestão Hollanda sofreu inúmeras e severas críticas, desde o início de seu mandato, por parte de vários setores das classes artísticas e culturais. Apesar do descontentamento ter sido bastante generalizado, ele foi especialmente profundo entre representantes

-
- 5 Intitulada *As políticas da cultura: uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de cultura*, a pesquisa investigou a atuação de representantes da sociedade civil na construção da política nacional de cultura durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016). Desenvolvida no PPGAS/USP sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Peixoto, contou com financiamento da FAPESP (processo 2012/05465-9).

da sociedade civil que participavam dos espaços institucionais de diálogo com o governo.

Quem conhece as atuações públicas de Ariel sabe que, mesmo quando crítico e incisivo, ele costuma ser muito ponderado e elegante em suas formulações. Como interpretar que alguém como ele tenha feito o comentário que abre este trabalho, ainda mais para uma pessoa que lhe era praticamente desconhecida naquele momento? É certo que personalidades públicas são frequentemente alvo de piadas e impropérios e motivam posicionamentos apaixonados. (TRAJANO FILHO, 2000) Contudo, Ana de Hollanda motivou manifestações de uma maneira especial. Não apenas anônimos em listas de internet, amigos em mesas de bar, mas inclusive pessoas reconhecidas fizeram críticas públicas à gestão e à pessoa de Hollanda. Se houve manifestações cuidadosas em relação aos termos e argumentos escolhidos – tal como as diversas cartas de repúdio à gestão –, houve também outras menos polidas. Lembro o comentário do sociólogo Emir Sader, inicialmente cogitado para assumir a direção da Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB), vinculada ao MinC, que foi substituído após declarar em entrevista que a ministra era “meio autista” (ANA..., 2011); ou ainda a declaração do antecessor na pasta, Juca Ferreira, que afirmou também em entrevista que a gestão de Hollanda era “um desastre”. (GESTÃO..., 2011) Ana, portanto, não apenas motivou críticas: ela despertou paixões. O que essas críticas significam? Podem elas dizer alguma coisa sobre o momento que se vivia então nas políticas culturais no Brasil? Para que elas não sejam “elocuções desencarnadas” (DAS, 2011, p. 19) e para que possamos enfrentar “os problemas de interpretação” próprios às piadas, trocas humorísticas e fofocas (FONSECA, 2000, p. 138), é necessário introduzir o contexto de enunciação. Contextualizar também permitirá pensar esses eventos não apenas em termos de indivíduos, mas de categorias, de modo a superar ideias de individualidade, subjetividade ou intencionalidade que frequentemente circundam discussões sobre emoções. O que

motivou tanta aversão a Ana de Hollanda? Mesmo que muitas das críticas tenham sido dirigidas à pessoa – avaliações sobre sua competência, seu caráter e sua inteligência –, o que isso revela das categorias em jogo? Qual o jogo – ou disputa – que estava em curso? Se lembrarmos de que o uso de rumores, fofocas e piadas é um recurso especialmente propício para a construção de identidades, filiações e fronteiras grupais (DAS, 1998; FONSECA, 2000; GLUCKMAN, 1963; TRAJANO FILHO, 2000), cabe ainda perguntar: quais categorias estavam sendo (re)criadas, e quais filiações eram acionadas ou (re)construídas através desses comentários? De imediato, é necessário declarar que as críticas eram múltiplas, assim como seus emissários, e que, neste artigo, me concentrarei nas manifestações feitas por pessoas diretamente ligadas aos espaços participativos institucionalizados do MinC.

Contextualizar, neste caso, implicará em dois movimentos: de um lado, reconstruir a situação imediata de enunciação – as ocasiões em que Ariel fez as duas críticas –; de outro, situar o cenário mais geral que, nos termos de Veena Das (1999), podemos chamar de “campo de força da história”. No caso, esse campo de força tem como elemento central o contraste estabelecido entre a gestão de Hollanda e as de Gilberto Gil (2003–2006) e Juca Ferreira (2007–2010), seus antecessores e ministros durante os governos do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Ana de Hollanda foi ministra de cultura entre janeiro de 2011 e meados de setembro de 2012, quando, após uma gestão marcada por críticas e inúmeros problemas, foi afastada e substituída por Marta Suplicy, em meio a uma série de versões e rumores de por que, apesar do alto grau de insatisfação com seu ministério, ela não “caíra” antes e de por que “caíra” então. Algumas versões que ouvi atribuíam sua permanência à crise que o governo Dilma atravessou desde meados de seu primeiro ano de mandato (2011), quando uma série de denúncias e suspeitas de corrupção e irregularidades levaram a presidente a substituir vários ministros em um curto

período de tempo. Segundo essa versão, dada a pouca relevância política da área cultural, manter Ana de Hollanda no cargo, apesar das críticas, teria um custo político menor do que somar mais uma demissão à já extensa lista de ministros depostos.⁶ Outras explicações apontavam para *lobbys* de grupos econômicos multinacionais que teriam seus interesses representados e defendidos por Hollanda – em especial, apresentava como indício disso: o “retrocesso” da nova gestão nas áreas de direitos autorais e de cultura digital. Sobre sua queda, ouvi duas principais interpretações. Uma mencionava que ela teria caído por conta da publicização de uma carta, na qual criticava o orçamento destinado à pasta.⁷ A outra, aparentemente mais difundida e aceita, apontava que a entrega do Ministério à senadora Marta Suplicy fez parte de um acordo para garantir seu apoio à campanha de Fernando Haddad, então candidato petista à prefeitura da cidade de São Paulo.

Como indicado por Das (1998) e Trajano Filho (2000), é muito difícil saber o que de um rumor é fato ou não. Contudo, essa não é a questão que procuro responder: interessa-me mais o consenso então existente entre os representantes da sociedade civil em relação à completa insatisfação com a condução do Ministério. É impossível entender essa insatisfação sem, minimamente, situar o impacto e o reconhecimento que as duas gestões anteriores tiveram. Os ministérios de Gilberto Gil (2003–2006) e de Juca Ferreira (2007–2010), durante os governos Lula, são frequentemente apontados como os melhores já existentes na área. Neles, ocorreu uma reestruturação do MinC, com uma série de inovações que incluíram reformas institucionais, criação de novos projetos e programas, instauração de espaços participativos para consulta à sociedade civil, além da estruturação de uma ampla rede de

.....
6 Sobre a mudança de ministros no governo Dilma, ver, entre outras possíveis, matéria em: Krakovics (2012a) e Ana (2012a). Hollanda foi o 13º ministro a ser substituído em menos de dois anos de governo.

7 Ver, por exemplo, matéria em Ana (2012b).

mobilização social em torno das políticas culturais.⁸ Os pesquisadores do tema são cautelosos em afirmar tratar-se de uma ruptura – o que foi defendido por integrantes do governo –, mas são unânimes em dizer que houve significativas mudanças: passagem do foco da cultura erudita e de elite para dimensões mais amplas; valorização da diversidade; proposição de cultura como direito e cidadania; surgimento de espaços participativos e esforços de institucionalização efetiva de um sistema nacional de políticas culturais.⁹ (BARBALHO, 2007; BOTELHO, 2007; CALABRE, 2007, 2009; RUBIM, 2007)

Para a discussão colocada neste artigo, de todas essas novidades, a ampliação do diálogo com a sociedade civil é especialmente importante. O caráter participativo e negociado desse processo é, até onde pude constatar, um consenso, sendo aceito tanto por pesquisadores quanto por representantes da sociedade civil. Os fóruns de participação vinculados diretamente ao MinC – o CNPC, seus Colegiados Setoriais e as Conferências de Cultura – não foram os únicos espaços de diálogo criados, mas certamente foram centrais. A partir deles, estruturou-se um emaranhado de espaços participativos, com a replicação do modelo instaurado no nível federal em municípios e estados, que criaram seus próprios conselhos e planos de cultura, e que passaram a realizar conferências municipais e estaduais de cultura.

É verdade que conselhos e conferências de cultura existem desde o período da ditadura civil-militar. (CALABRE, 2010; COHN, 1984; GOHN, 2001; MICELI, 1984; RUBIM, 2010; TATAGIBA, 2010) Contudo, há de se considerar a especificidade e o novo papel dos

-
- 8 É importante ressaltar que o aparente consenso em relação à excepcionalidade dessas gestões no MinC não exclui a existência de críticas e a percepção de que houve falhas também nesses períodos.
 - 9 A impressão de novidade é dada especialmente pela contraposição das gestões durante os governos Lula com os momentos anteriores. O quadro geral das políticas culturais no Brasil é comumente descrito como o de frequentes autoritarismos, instabilidades e instrumentalização da cultura pelo Estado (BARBALHO, 2007; BOTELHO, 2007; CALABRE, 2007, 2009; COHN, 1984; MICELI, 1984; ORTIZ, 1985).

fóruns criados a partir dos anos 2000. Aqueles instituídos entre 1960 e 1980 eram integrados por poucas pessoas, em geral “notáveis” escolhidos diretamente pelo chefe do executivo, portanto, sem “participação popular”. Segundo Tatagiba (2010, p. 30), é a Constituição de 1988 que “redefine a posição e função dos conselhos a partir de uma nova arquitetura jurídico-política que lhes conferiria maior legitimidade, força e permanência”, de modo que eles passam a ser “peças centrais no processo de reestruturação das políticas, legitimados pelos novos princípios constitucionais da participação e da descentralização político-administrativa”. Esse novo modelo de democracia participativa instituiu-se primeiramente em áreas como Saúde, Criança e adolescente e Assistência social, que acumulam mais de duas décadas de experiência com conselhos gestores e espaços participativos. Na cultura, como vemos, o processo é mais recente.¹⁰

Foi em relação a esse panorama de inovações e de “amplo diálogo” que a gestão Ana de Hollanda veio a ser lida e vivida por muitos como um “retrocesso”. Mais do que isso, ela foi considerada um indício da fragilidade e da ainda “fraca institucionalização” da relação de diálogo e das ações e políticas criadas nos governos Lula. Ironicamente, no momento em que este sistema era replicado nas esferas municipal e estadual, o Conselho Nacional de Cultura vivia uma profunda crise. A demora em realizar as reuniões ordinárias do Conselho, assim como os atrasos e a metodologia escolhida para o processo eleitoral que renovaria os Colegiados Setoriais em 2012 foram percebidos como atos intencionais motivados pelo desejo pessoal da ministra de “esvaziar” o CNPC e os espaços participativos.¹¹

-
- 10 O Conselho Nacional de Políticas Culturais, órgão colegiado integrante da estrutura básica do MinC, foi reestruturado em 2005. A primeira Conferência Nacional de Cultura com ampla participação popular foi realizada no mesmo ano, seguindo-se a segunda em 2010 e a terceira em 2013.
 - 11 A metodologia escolhida para a eleição foi fortemente criticada e foi um dos principais embates travados entre sociedade civil e Ministério. Para uma descrição dos conflitos que cercaram esse evento, ver Muniagurria (2013).

3 VERDADES, CATEGORIAS E NARRATIVAS EM DISPUTA NAS CRÍTICAS A ANA DE HOLLANDA

As paixões e revoltas que presenciei devem ser lidas tendo esse “campo de força” como contexto. *Tristeza, decepção, frustração, desânimo, ilusão, esperança e ceticismo* foram termos e sentimentos que povoaram meus trabalhos de campo. A literatura clássica sobre política e emoções já considerava o papel das emoções no engajamento político. (GOODWIN; JASPER; POLLETA, 2001) Contudo, pouco tem se atentado para o papel que elas desempenham também nos processos de desengajamento. O caso das críticas a Hollanda e aos limites da política participativa na área da cultura é, portanto, conforme já dito, interessante porque nele sentimentos foram motivações fundamentais para ações e fatos diversos: tanto para a “desmobilização” por parte de uns, quanto para o “engajamento” e a “resistência” por parte de outros. Foi o caso de alguns representantes setoriais no Conselho Nacional de Política Cultural, que se propuseram a defender os espaços participativos e o projeto de política cultural que havia sido construído até então, questionando e denunciando em reuniões do conselho, em relatos divulgados nos grupos de *e-mail* dos fóruns setoriais, e também por meio de cartas públicas, o que consideravam ser descontinuidades e desrespeito em relação a processos, deliberações e decisões já acordadas.

Os sentimentos despertados por Ana de Hollanda nos conselheiros e representantes da sociedade civil pesquisados mostram como as emoções são fenômenos complexos, enraizados em diferentes níveis, que extrapolam em muito a esfera individual ou subjetiva e que têm implicações diretas sobre relações e a vida social. Discutir emoções a partir de uma abordagem antropológica significa evitar tratá-las como fenômeno estritamente subjetivo e retirá-las da ordem do privado. Emoções são um construto histórico-cultural e são também um recurso de (re)construção de relações, estruturas e

identidades sociais. Portanto, são modos de ação. (LUTZ; WHITE, 1986, p. 420; REZENDE; COELHO, 2010) Como idiomas ou linguagens que são (LUTZ; WHITE, 1986), as emoções dizem algo; e uma vez que dizer é fazer (PEIRANO, 2002), as emoções também fazem algo. É por isso que elas são capazes de realizar o trabalho “micropolítico” de dramatização, reforço e, inclusive, alteração das “macrorrelações sociais”. (REZENDE; COELHO, 2010) No que implica, então, no contexto aqui discutido, lançar mão de um idioma emocional para falar – e fazer – política cultural? Voltemos ao material etnográfico para tentar responder essa pergunta.

Ariel fez sua pergunta teatralizando um sussurro; porém, o fez em tom audível por, pelo menos, uma amiga em comum que estava sentada entre nós. Como já apontei, seu sussurro parecia indicar menos o desejo de não ser ouvido e mais o de estabelecer um pacto, uma comunhão: a partilha dessa informação. Referências à gestão Hollanda foram sempre muito presentes e mobilizavam muito as pessoas. Juntamente a descrições e relatos sobre sua atuação, os conselheiros e delegados falavam sempre em decepção, tristeza, frustração e, às vezes, em indignação e ingenuidade. Faziam questão de enfatizar que a gestão era “péssima”, que era um “retrocesso” em diversas frentes de trabalho do MinC, e que “apesar de ser irmã do Chico Buarque”, Ana não era uma boa gestora cultural. Nas brincadeiras e comentários sobre a pessoa da ministra, era frequente a contraposição da sua figura à de seu famoso irmão, Chico Buarque, ou à de seu pai, Sérgio Buarque de Holanda. Era comum, por exemplo, que comesçassem com “*Apesar de ser irmã do Chico Buarque...*”, ou “*Ela é irmã do Chico Buarque, mas...*”. Em círculos de intelectuais, também era frequente referências ao seu pai, estabelecendo um contraste entre a “genialidade” deste e a suposta “mediocridade” da filha, com menções a que Sérgio Buarque deveria estar “se revirando no caixão”.¹²

12 Não pesquisei, na época, a possibilidade de haver um elemento machista nessas chacotas, portanto não posso aprofundar a análise nesse sentido. Contudo, é o caso de lembrar de

Também quando de sua destituição, foram muitas as manifestações. Logo que foi anunciada a provável demissão, surgiram inúmeros comentários em grupos do Facebook dedicados à discussão sobre políticas culturais. Alguns exemplos são: “Dedos cruzados. Mudando roda outras cabeças... é uma esperança”; ou “Espero que seja a última audiência dela com a Presidenta”. Quando a demissão foi anunciada, seguiram-se majoritariamente comemorações: “é com alegria que informo que após um ano e meio de lutas das classes culturais no Brasil, Ana de Hollanda caiu”; ou “Como a Ana demorou tanto pra cair?”; e ainda “foi tarde...”. O tom jocoso foi uma recorrência, e o desejo de tripudiar, explícito. Mas o interessante é que as paródias e piadas estavam mescladas a menções que evidenciavam conhecimento do contexto das políticas culturais daquele momento, bem como a avaliações críticas da atuação da ex-ministra. A mesma mescla de referências pode ser observada em comentários e especulações acerca da entrada de Marta Suplicy: “Tristeza é vc ganhar um ministério pra subir num caminhão. E a cultura tem que aguentar”; ou ainda “e que a marta nos surpreenda positivamente, para que todos os artistas possam ‘relaxar e gozar’ :D”. Nestes casos, articulava-se ao sentimento de quem escreve – tristeza, no primeiro *post*, e aparente satisfação, no outro – versões de por que Ana de Hollanda caiu – a alusão a que o Ministério teria sido dado à Marta em troca de seu apoio à candidatura de Haddad –, e ainda referências à trajetória anterior da nova ministra – sua atuação profissional como sexóloga.

É importante destacar que, nessas manifestações, modos comunicacionais, a princípio distintos, estão articulados: rumores, notícias, discursos oficiais e declarações pessoais são associados, chegando

.....
que situar mulheres por meio das figuras masculinas que as rodeiam é uma prática corrente que apaga o protagonismo feminino. Um exemplo clássico pode ser encontrado na matéria do Globo que anunciou a posse de Hollanda. O título é: “Cantora e irmã de Chico Buarque, Ana de Hollanda assume ministério”. Na legenda de sua foto, lê-se: “Ana de Hollanda é filha do historiador Sérgio Buarque de Hollanda”. O resto inicia, novamente, com referências aos dois homens e, só posteriormente e com menor destaque, passa a listar os feitos e atribuições de Ana. (CANTORA..., 2010)

a borrar as fronteiras entre essas diferentes modalidades de fala. Em um contexto de disputas políticas como esse, pessoas estão especialmente preocupadas em manter-se atualizadas e em saber acionar estrategicamente informações. Além disso, por terem relativo acesso aos bastidores do Ministério e de Brasília, acreditam ter acesso privilegiado a situações, conversas e relações que não são publicizadas em discursos oficiais ou na mídia. Trata-se, portanto, de um contexto especialmente fértil para rumores.

As análises de Trajano Filho (2000) e Veena Das (1998) a respeito das relações entre diferentes modos comunicacionais e os rumores são inspirações úteis. Eles afirmam que rumores, discursos oficiais e notícias se retroalimentam, sendo impossível separá-los de maneira absolutamente. No caso, vemos que rumores se apoiam em “verdades” oficializadas, ao mesmo tempo em que jornalistas escrevem matérias em que dados centrais são atribuídos a fontes que não quiseram se identificar. Um interessante exemplo é o excerto de uma entrevista com Ana de Hollanda – a primeira depois de ter deixado o cargo de ministra – em que ela é questionada se sua demissão teria se dado por um arranjo político para garantir o apoio de Marta Suplicy a Fernando Haddad na disputa pela Prefeitura de São Paulo. (MUNIZ, 2012) Sua resposta foi: “Sobre isso eu não quero falar. É coisa política mesmo. E não foi só a Marta, foram mais coisas. Foi tudo por causa de São Paulo, eu sei.” O que significa tal resposta? Uma maneira de não responder e, ao mesmo tempo, concordar com o que estava formulado na pergunta? Ou Ana estaria se referindo a alguma outra questão política que não o apoio à candidatura de Haddad? Talvez alguma disputa com setores petistas ligados à cultura em São Paulo? Impossível saber. O fato é que esse tipo de colocação tem o interessante efeito de fazer com que rumores, podendo ser ancorados a notícias e falas oficiais, ganhem ares de verdade e legitimidade.

Essa mistura de referências é, na verdade, natural, e apenas pode surpreender ao analista que equivocadamente procura reencontrar

na realidade empírica a pureza de suas categorias eurísticas. Contudo, ser natural não implica em ser transparente, de modo que restam muitos elementos extremamente instigantes a serem analisados. A capacidade de aliar informações e modos comunicacionais distintos é uma arte refinada que, pelo menos neste caso, parece estar a serviço de uma série de disputas pela construção de verdades e narrativas. Impossível não lembrar aqui das considerações de Veena Das (1999, p. 34) sobre a “batalha em torno das palavras” e sobre o perigo e humilhação de não saber como controlá-las. Havia, no contexto analisado, uma disputa, e ela era relativa às políticas públicas para a cultura no Brasil e, mais especificamente, às categorias de sujeitos ali presentes.

Foi muito repetido que, durante os governos Lula, o Ministério da Cultura passou por uma reestruturação que ampliou o conceito de cultura¹³ e abriu espaços para a participação da sociedade civil. Se lembrarmos da observação de Didier Fassin (2005) de que dar direitos é hierarquizar, posto que implica a construção de um sistema específico de categorias, nos corresponde perguntar: quais sujeitos culturais e políticos emergiram dessa reestruturação e dos embates que se seguiram? A criação de conselhos, colegiados e conferências esteve diretamente associada à emergência de alguns dos novos atores e sujeitos políticos que surgiram na cultura: representantes das mais diversas manifestações culturais encontraram, ali, um espaço para reivindicar e participar da construção das políticas culturais. E esse é um processo que se deu tanto em termos conceituais quanto institucionais, posto que à redefinição do conceito correspondeu a criação de novos espaços institucionais e de toda uma nova linha de programas do ministério visando apoiar os fazeres artísticos e culturais desses novos sujeitos culturais. Portanto, a percepção que estava então colocada entre os representantes da

.....
13 Para além da cultura erudita, o MinC passou a definir cultura como tendo três dimensões básicas: cidadã, econômica e simbólica, “adotando uma abordagem antropológica abrangente”. (BRASIL, 2007, p. 12)

sociedade civil era a de que as gestões de Gilberto Gil e de Juca Ferreira haviam construído mais diálogo, e com um maior número de setores. Eles percebiam-se também como autores da “política nacional de cultura” que estava sendo construída, e sentiam que tudo isso estava sob ameaça na gestão Ana de Hollanda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão Ana de Hollanda foi vivenciada pelos representantes da sociedade civil como um momento de ruptura na história recente das políticas culturais brasileiras, e permitiu observar um processo de redefinições de posicionamentos e de (des)mobilização política no qual foi colocado em xeque a imagem até então fortalecida de um governo e Estado comprometidos com a democracia, a participação e a diversidade no âmbito da cultura. Essa gestão foi lida como um alerta em relação à “fragilidade institucional” dos espaços participativos na cultura e de toda a política cultural desenhada nas duas gestões anteriores. Em grande medida, foi a partir desse novo entendimento que os que se mantiveram atuantes se posicionaram. A frustração, a raiva, a tristeza e o descontentamento era gritante entre os representantes da sociedade civil. Na avaliação de diversos informantes, a frustração foi fonte de uma grande desmobilização – que se evidenciou, por exemplo, na pífia participação que o processo eleitoral de renovação dos colegiados setoriais e do CNPC de 2012 alcançou. Trata-se de um claro exemplo de como emoções agem sobre ações e relações sociais. A desmobilização não foi, contudo, a única resposta; houve também aqueles representantes que, segundo seus próprios termos, decidiram “resistir” e “ficar” para cumprir com a responsabilidade assumida. Ficaram para “denunciar”. Suas armas foram atos de fala: algumas, oficiais – cartas, moções, declarações públicas dos Colegiados e do CNPC –; outras, não oficiais – piadas e relatos “sinceros” e “apaixonados” sobre a

ministra. Processo semelhante tem lugar hoje, no pós-golpe de 2016.¹⁴

Disputas pelo direito a existir como categoria; ao mesmo tempo, disputas em torno de narrativas. Emoções e sentimentos, como linguagem ou idioma, emprestaram uma das gramáticas e um dos vocabulários utilizados nessa batalha. Pois a ação das emoções – ou seu “trabalho”, para utilizarmos um termo de Das (2011) –, corporificada em comentários, piadas e documentos oficiais, foi exercida sobre e a partir de relações. Ela disputou a construção das narrativas sobre o MinC; sobre as políticas culturais no Brasil; sobre quem são os agentes que estavam em disputa, quais seus interesses e valores; e sobre o que, afinal de contas, aconteceu em determinadas situações. O que estava em jogo, portanto, era a construção de verdades e a legitimação de algumas categorias. E verdades não são neutras, são práticas políticas. (ROSS, 2006, p. 55)

Rumores e piadas, como vimos, falavam da ministra, mas também falavam de quem falava. Os trabalhos clássicos sobre fofoca podem ser aqui aproveitados para finalizar esta reflexão acerca das manifestações jocosas e apaixonadas sobre Ana de Hollanda: fofocas são fenômenos sociais associados aos valores do grupo, e são significativos, tanto em termos de sua recorrência – costumam ser extensos e endêmicos – quanto das possibilidades interpretativas que abrem. Tal qual as emoções, são ao mesmo tempo uma linguagem e uma prática que têm o poder de constituir e reforçar fronteiras internas e externas. (EPSTEIN, 1969; FONSECA, 2000; GLUCKMAN, 1963) As várias manifestações apaixonadas aqui descritas falam, portanto, de um entendimento ao mesmo tempo pessoal e compartilhado de política pública e de atuação política. Falam, ainda, de um entendimento do que é gestão pública e, particularmente, gestão pública para a cultura.

.....
14 O contexto atual já começa a ser analisado por alguns pesquisadores. Ver: Barbalho (2017, 2018) e Cerqueira (2018).

REFERÊNCIAS:

- ANA de Hollanda é meio autista, diz Emir Sader. Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 fev. 2011. Ilustríssima.
- ANA de Hollanda é o 13º ministro a deixar o governo Dilma. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 set. 2012.
- BARBALHO, A. Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2017.
- BARBALHO, A. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A. A.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- BARBALHO, A. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 22, n. 1, p. 239-260, 2018.
- BOTELHO, I. A política cultural e o plano das idéias. In: RUBIM, A. A.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- CANTORA e irmã de Chico Buarque assume ministério. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 dez. 2010.
- CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, A.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- CALABRE, L. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FVG, 2009.
- CALABRE, L. Políticas e Conselhos de Cultura no Brasil: 1967-1970. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 19-35, 2008.
- CERQUEIRA, A. Política cultural e trabalho nas artes: o percurso e o lugar do Estado no campo da cultura. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 32, n. 92, p. 119-139, jan./abr. 2018.
- COELHO, M. C.; DURÃO, S. Dossiê “Emoções, Política e Trabalho – estudos em antropologia das emoções”. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 44-60, jun. 2017.
- COHN, G. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, S. (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

- DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 9–41, dez. 2011.
- DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 31–42, 1999.
- DAS, V. Official narrativs, rumour and the social production of hate. *Social Identities*, Abingdon, v. 4, n. 1, p. 37–41, 1998.
- EPSTEIN. Gossip, norms and social network. In: MITCHELL, J. C. (org.). *Social networks in urban situations*. Manchester: Manchester University Press, 1969.
- FASSIN, D. Compassion and Repression: The Moral Economy of Immigration Policies in France. *Cultural Anthropology*, Washington, v. 20, n. 3, p. 362–387, 2005.
- FONSECA, C. Humor, honra e relações de gênero. In: FONSECA, C. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- GESTÃO de Ana de Hollanda é desastre, afirma ex-ministro da cultura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 fev. 2011. (Link restrito a assinante).
- GLUCKMAN, M. Gossip and Scandal. *Current Anthropology*, Chicago, v. 4, n. 3, p. 307–316, 1963.
- GOHN, M. G. *Conselhos gestores e participação sócio-política*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GOODWIN, J.; JASPER, J.; POLLETTA, F. (org.). *Passionate politics: emotions and social movements*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- HOGGETT, P.; THOMPSON, S. (org.). *Politics and the Emotions: the affective turn in contemporary political studies*. New York: Continuum, 2012.
- KRAKOVICS, F. Carta de Ana de Hollanda com reclamação do orçamento do MinC repercutiu mal no governo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 ago. 2012.
- LUTZ, C.; WHITE, G. M. The anthropology of emotions. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 15, n. 16, p. 297–325, fev. 1986.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*. Brasília, DF, MinC. 2007.

- BARBALHO, A. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- MICELI, S. O processo de 'construção institucional' na área cultural federal (anos 70). In: MICELI, S. (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- MUNIAGURRIA, L. A. Disputas na construção de uma política nacional de cultura: emoções, rumores, piadas e política. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: [s.n.], 2016.
- MUNIAGURRIA, L. A. Espaços participativos no Ministério da Cultura brasileiro: crises e disputas na construção de políticas públicas para a cultura. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 10., 2013, Córdoba. *Anais [...]*. Córdoba: [s.n.], 2013.
- MUNIAGURRIA, L. A. *Políticas da cultura: trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional*. São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2018.
- MUNIZ, D. 'Virei a Geni', diz a ex-ministra Ana de Hollanda. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 dez. 2012. Ilustrada.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEIRANO, M. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; NUAP, 2002.
- REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. (Série Sociedade & Cultura, 12).
- ROSS, F. La elaboración de una Memoria Nacional: la Comisión de Verdad y Reconciliación de Sudáfrica. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 24, p. 51-68, jul./dic. 2006.
- RUBIM, A. Conselhos de cultura. In: RUBIM, A; FERNANDES, T; RUBIM, I. (org.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. UFBA: Salvador, 2010.
- RUBIM, A. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A.; BARBALHO, A. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SCRIBANO, A.; SENA, A. de. Dossier: Políticas sociales y emociones: Presentación. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, [s. l.], v. 15, n. 44, p. 119-124, ago. 2016.

TATAGIBA, L. Os conselhos e a construção da democracia no Brasil. *In*: RUBIM, A; FERNANDES, T.; RUBIM, I. (org.). Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura. UFBA: Salvador, 2010.

TRAJANO FILHO, W. *Outros rumores de identidade na Guiné-Bissau*. Brasília, DF: DAN-UNB, 2000. (Série Antropologia, 279).